

humanitas



Vol. XXV-XXVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

VOLS. XXV E XXVI



COIMBRA
MCMLXXIII-IV



LOPO SERRÃO (SÉC. XVI), MÉDICO E POETA NOVILATINO

I

DADOS BIOGRÁFICOS

A primeira tentativa de uma biografia de Lopo Serrão deve-se a Manuel Monteiro, biógrafo de grande parte dos autores incluídos na colectânea de obras de poetas novilatinos portugueses organizada no século XVIII por António dos Reis (1).

Na «Vita Lupi Serram, Eborensis», que aí (2) precede a última edição (3) da obra deste humanista, Manuel Monteiro começa por dizer que, apesar de muitos escritores o mencionarem entre os grandes poetas, nenhum deixou a seu respeito qualquer biografia, talvez por pensarem que o falar da sua obra seria a melhor forma de apresentar o próprio poeta.

O mesmo autor refere-se depois à cidade de Évora como sendo a terra natal de Lopo Serrão e diz que nada consta a respeito da sua família nem do lugar onde ele iniciou os estudos de Latinidade, sendo, porém, provável que o tenha feito na terra onde nasceu. Diz, ainda, que terá frequentado a Academia de Coimbra, «omnium scientiarum magistra», para aí se dedicar ao estudo da filosofia e da medicina, matérias em que se tornou de tal modo notável, que mereceu ser nomeado médico do rei D. Sebastião, honra concedida apenas aos mais distintos.

Manuel Monteiro termina esta pequena nota biográfica de Lopo Serrão referindo-se à consideração que a sua competência de médico e de homem de letras lhe granjeou da parte dos nobres do reino; à sua familiaridade, domínio e clareza da língua latina; ao seu estilo e, enfim, às suas qualidades de poeta inspirado, como o comprovam as suas obras.

A estes dados acrescentou o autor vários *testimonia* de escritores que se referiram a Lopo Serrão, em obras escritas quer em latim quer

(1) *Corpus illustrium poetarum lusitanorum qui latine scripserunt*, Lisboa, 1745.

(2) *Op. cit.*, tomo IV, pp. 7-8.

(3) A primeira edição data de 1579.

em português. Assim, aparecem depoimentos do bibliógrafo espanhol Nicolau António (4), de Francisco da Fonseca (5), de Carlos José Imbonato (6), de Diogo Barbosa Machado (7), de Pedro Sanches (8) e, finalmente, do próprio António dos Reis (9).

Os dados biográficos referentes a Lopo Serrão contidos nos depoimentos destes autores são, porém, muito reduzidos e limitam-se a apresentá-lo como natural de Évora e como médico da corte de D. Sebastião.

Quanto aos comentários à sua obra, tecem-lhe, dum modo geral, elogios rasgados ao estilo da época. O setecentista Barbosa Machado chega mesmo a dizer que Lopo Serrão «se applicava à metrificacão de versos elegiacos, em que se fez venerado por todos os Carifeos do Parnasso, imitando com taõ vivas cores a Musa de Ovidio, que se equivocava a copia com o Original» (10).

Hipérboles destas encontram-se também a respeito da sua arte de médico, como se pode ver no referido testemunho de Pedro Sanches, seu contemporâneo, que o compara às figuras mitológicas de Podalírio e Macaão, filhos de Esculápio. Este penúltimo *testimonium*, registado por Pedro Sanches na *Epistola ad Ignatium de Moraes*, tem a particularidade de apresentar a mais antiga (11) referência a Lopo Serrão e de

(4) *Bibliotheca Hispana Nova*, Roma, 1672, p. 80.

(5) *Évora Gloriosa*, Roma, 1728, p. 413. A transcrição do passo deste autor apresenta um erro quanto à data da publicação da obra de Lopo Serrão. Não se trata de 1578, como informa António dos Reis, mas de 1579, como atesta o original de Fonseca.

(6) *Bibliotheca Latino-Hebraica*, Roma, 1694, p. 155, n.º 579.

(7) *Bibliotheca Lusitana* III, Lisboa, 1752, p. 17. O texto do *Corpus* esclarece que, à data da sua publicação (1745), ainda o tomo III da *Bibl. Lusit.* não havia sido impresso, mas que o passo fora transcrito do respectivo manuscrito.

(8) *Epistola ad Ignatium de Moraes*, lit. L, n.º 50, no *Corpus*, I, p. 21.

(9) *Enthusiasmus Poeticus*, n.º 12, no *Corpus*, VIII, pp. 4 sqq.

(10) BARBOSA MACHADO, *loc. cit.*

(11) Esta carta é um elogio em 592 hexâmetros feito aos principais escritores do tempo — uns já falecidos, outros vivos ainda —, que não chegou a ser publicado pelo poeta. O único manuscrito existente não permite saber a altura em que Pedro Sanches acabou de compor esta obra, mas o texto oferece alguns dados de crítica interna que bastam para o datar com relativa aproximação. Assim, ao lamentar a morte de alguns poetas, refere-se ao humanista Belchior Beliago, que, segundo notícia do *ms.* 163 do F. G. da B.N.L., morrera em 3 de Outubro de 1579. Por outro lado, o mesmo poeta menciona entre os humanistas vivos D. Jerónimo Osório, que, como é sabido, morreu em 20 de Agosto de 1580. Temos assim o espaço de dez meses para localizar a *Epistola* de Pedro Sanches. Aliás, a data da publicação

aludir já ao tema da sua obra, o *De Senectute*. Por isso o apresentamos aqui no texto original e em tradução nossa:

*Non procul hinc uideo Pindo duo flumina sacro
Nymphis et Musis facili labentia cursu,
Serranum Pyrrumque meum, quos in arte medendi
non superent docti Podalirius, atque Machaon:
ille canit numeros concinnos impare gressu,
quos tibi fortassis Getico de littore missos
a magno credas gelidi Sulmonis alumno;
his docet ille graues de corpore pellere morbos,
et leuius duram uetulis perferre senectam.*

«Não longe daqui, no Pindo consagrado às Ninfas e Musas, vejo duas torrentes que deslizam em marcha fluente, Serrão e o meu amigo Pires (12), a quem, na arte de curar, não suplantariam os sábios Padalírio e Macaão. Aquele canta em desigual andamento (13), versos harmoniosos, que talvez possas considerar a ti enviados das praias géticas pelo ilustre filho da gélida Sulmona (14). Com eles ensina a repelir do corpo as graves doenças, e a suportar mais facilmente uma idade difícil para os velhos».

do *De Senectute* de Lopo Serrão depois de Julho de 1579 já poderia servir de *terminus a quo* se não fora a possibilidade de Pedro Sanches o ter conhecido em manuscrito antes dessa data.

São do mesmo Pedro Sanches dois epigramas *in laudem* de Lopo Serrão publicados no início da primeira edição da obra deste autor, aos quais Barbosa não alude.

Na mesma edição aparecem outras poesias de elogio ao *De Senectute* feitas por admiradores de Lopo Serrão, entre eles Henrique Sousa, D. Luís, cónego de Santa Cruz de Coimbra, Pedro Mendes, D. Cosme, cónego de São Vicente de Fora, e Cristóvão Monteiro.

(12) Trata-se de Luís Pires, conterrâneo de Lopo Serrão e, tal como ele, médico e poeta. Escreveu em latim, além de três cartas dirigidas a Jerónimo Cardoso, um pequeno poema em hexâmetros dedicado a Diogo Mendes de Vasconcelos, seu amigo. *Vide* BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana* III, p. 128, e JOSÉ GERALDES FREIRE, *Obra Poética de Diogo Mendes de Vasconcelos*, Coimbra, 1962, *passim* sobretudo pp. 70-73.

(13) Lopo Serrão escreveu toda a sua obra em dísticos elegíacos. *Vide* expressões equivalentes em Ovídio, *Amores* II, 21 e III, 1, 37.

(14) Ovídio, natural de Sulmona, no Sâmnio, viveu os últimos dez anos da sua vida em Tomos, no país dos Getas (hoje Constança, na Roménia), à beira do

Além destes autores, cujos *testimonia* se encontram recolhidos no *Corpus*, Barbosa Machado cita outros dois escritores que fornecem algumas das mais antigas referências, embora lacónicas, acerca de Lopo Serrão. Trata-se de João Soares de Brito e de D. Francisco Manuel de Melo. Este, numa *Carta ao Doutor Manoel Temudo da Conceição*, também conhecida por *Carta dos Autores Portugueses* (15), faz um esboço do que poderia ser uma «Biblioteca Lusitana de Autores Modernos», que ele projectava organizar, e aí inclui o nome de Lopo Serrão entre diversos médicos que deixaram obra escrita. Por sua vez Soares de Brito refere-se ao mesmo autor, remetendo para Manuel de Melo, nestes termos: «Lupus Serram, inter Lusitanos Scriptorum tanquam medicus memoratur a D. Francisc. Eman.» (16).

Foi com estes elementos que Manuel Monteiro delineou a nota biográfica acima referida, e por aqui se vê que, no século XVIII, pouco se sabia do fundamental da vida do doutor eborense e que os dados fornecidos pelos vários escritores eram recopiados uns dos outros, sem nada acrescentarem de novo.

Já no nosso século, as investigações do Dr. Luís de Matos sobre a presença dos Portugueses na Universidade de Paris durante a primeira metade do século XVI (17) trouxeram um dado importante acerca da preparação universitária de Lopo Serrão. O autor encontrou no *ms. 2002*, p. 132, da Biblioteca da Faculdade de Medicina de Paris uma referência ao espanhol André Laguna, o qual, tendo necessidade de provar a sua frequência de três anos de estudos em Paris para se apresentar ao bacharelato em medicina em Março de 1534, dera como testemunhas dessa prova os portugueses Lupus Serranus e Ludouicus Gomecius, respectivamente de Évora e de Lamego (18).

Para que Lopo Serrão fosse testemunha qualificada no referido depoimento, é muito provável que a sua presença em Paris date dos

Ponto Euxino, donde escreveu as suas *Epistolae ex Ponto* e as elegias dos *Tristia*, e onde morreu em 18 d.C.

(15) *Obras Familiares*, Roma, 1664, p. 493.

(16) *Theatrum Lusitaniae litterarium siue Bibliotheca scriptorum omnium Lusitanorum*, 1655, ms. 6915 do F.G. da B.N.C., lit. L, n.º 50. Outro exemplar: cód. 1105 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

(17) *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, 1950.

(18) *Ibidem*, p. 74.

princípios desta década de Trinta (19), o que permite supor que o médico eborense terá feito a sua preparação humanística também naquela cidade, talvez no colégio de Santa Bárbara, nos anos que antecederam a sua matrícula na Faculdade de Medicina em 1534, que adiante se refere. Aliás a obra do médico poeta demonstra sobejamente que só a podia fazer um verdadeiro *magister* de Latinidade. Por outro lado, é de notar que a escassa meia dúzia de alunos graduados em medicina por Paris no tempo de D. João III tiraram o grau de mestria em Artes na mesma cidade (20).

A presença de Lopo Serrão na capital francesa é, finalmente, comprovada por outro documento igualmente estudado por Luís de Matos, o *manuscrito latino 9953* da Biblioteca Nacional de Paris, que regista, no fólio 3, a matrícula universitária do humanista em 1534, juntamente com a do seu conterrâneo Jacobus Lucius Eborensis, os quais prestaram juramento perante o reitor Hugo Lespervier em Outubro-Dezembro daquele ano (21).

Lopo Serrão foi, portanto, bolseiro de D. João III na Sorbona — um dos poucos matriculados em medicina sob o patrocínio do Rei Mecenaz (*vide supra* nota 20).

Não sabemos, porém, ao certo, que tempo demorou pela Cidade da Luz, mas um outro grande humanista seu contemporâneo deixou-nos uma preciosa ainda que breve informação a seu respeito. Trata-se do célebre professor do colégio da Guiena, em Bordéus, e, mais tarde, do Colégio das Artes de Coimbra, Diogo de Teive, a quem foi movido um longo processo por parte da Inquisição em Portugal.

É justamente num dos documentos desse processo que Diogo de Teive fala de Lopo Serrão. Ao ser acusado de ideias progressistas e atentatórias da ortodoxia católica durante a sua permanência por terras de França, mormente em Paris, aquele distinto humanista defende-se,

(19) Quanto a Luís Gomes, a outra testemunha, Luís de Matos considera-o presente naquela cidade desde cerca de 1530. *Vide op. cit.*, p. 74, s.v. Ludouicus Gomecius diocesis Lamecensis.

(20) Luís de Matos, a propósito de um outro estudante de medicina, Cristóvão Fernandes, refere a escassez de alunos portugueses desta disciplina naquela época, ao afirmar, *op. cit.*, p. 82: «C. Fernandes, Seb. Rodrigues, F. Geraltes, L. Gomes et L. Serrão sont les seuls boursiers de Jean III que nous ayons trouvé immatriculés à la Faculté de Médecine». Sobre a preparação humanística destes médicos, *vide*, ainda, *ibidem*, pp. 58-59 e 74.

(21) LUÍS DE MATOS, *op. cit.*, p. 84.

numa das suas contraditas, apelando para o testemunho de todas as pessoas com quem privava naquela cidade e que o conheciam de perto. Entre essas pessoas — clérigos, professores universitários, colegas e amigos —, Teive cita «o Doutor lopo serrão medico» (22).

Ora, Diogo de Teive esteve em Paris por várias vezes: de 1525 a 1532 como aluno do colégio de Santa Bárbara; de 1538 a 1540 como estudante de grego e de direito, e, finalmente, deslocou-se à mesma cidade com bastante frequência durante o período de 1544 a 1546, quando professor em Bordéus, a fim de angariar material didáctico e organizar um corpo docente, a pedido de D. João III, para o projectado Colégio das Artes de Coimbra, onde Teive viria a ser também professor (23).

De todas estas suas estadias em Paris, a que melhor se prestaria à convivência com Lopo Serrão é sem dúvida a segunda, ou seja o período de 1538 a 1540, não apenas por corresponder a uma permanência mais continuada do humanista numa idade já adulta, compatível com especulações de ordem metafísica e teológica — de cuja heterodoxia o viria a acusar a Inquisição —, mas também porque a sua preocupação nessa altura pelas letras gregas o tornava suspeito de luteranismo, como acontecia com quase todos aqueles que se dedicavam a tais estudos.

O encontro dos dois humanistas no último período das visitas de Diogo de Teive a Paris não é provável, tendo em conta os dados novos que, por nossa parte, pudemos recolher em alguns manuscritos inéditos do Arquivo da Torre do Tombo.

Em 1545 Lopo Serrão encontrava-se já a residir em Évora, sua terra natal. Esta data é garantida por um documento régio existente no referido Arquivo, que o autoriza a exercer a sua profissão de médico em Portugal, ou seja a «Carta de Medicina», concedida por D. João III em 1 de Dezembro de 1545 em Évora, após o respectivo exame, feito pelo «físico-mor» do reino, e depois de prestar juramento na presença do soberano (24).

(22) Vide FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, 2.^a parte, vol. III, tomo I, Coimbra, 1944, p. 620, ou MÁRIO BRANDÃO, *O processo na Inquisição de M^e Diogo de Teive*, Coimbra, 1943, p. 160.

(23) Vide MÁRIO BRANDÃO, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, vol. I, Coimbra, 1948, pp. 271 sqq.

(24) Vide *infra* Apêndice, I.

Quanto às suas funções de médico régio, é o próprio Lopo Serrão que disso nos informa logo na portada da sua obra, nas edições do século XVI, apresentando-se como «Lusitanus Eborensis Doctor et Regius Medicus». E a sua presença na Corte aparece registada já em 23 de Julho de 1558, data em que lhe é feita, por parte de D. Sebastião, uma doação de «vinte e quatro mil réis cada ano» relativa ao encargo de «curar os órfãos do colégio de Jesus» em Lisboa, pelo período de quatro anos, segundo reza o respectivo alvará, arquivado na Chacelaria daquele rei (25).

A criação de um estabelecimento em Lisboa destinado à educação dos órfãos nacionais e estrangeiros deveu-se à iniciativa do catalão Pedro Doménic, cónego de Barcelona e capelão da corte portuguesa nos meados do século XVI. À instâncias da rainha D. Catarina de Áustria, que largamente o protegeu, o dito colégio foi fundado por D. João III em 15 de Agosto de 1549, com aprovação de um breve de Paulo III, e instalado na rua da Mouraria, onde provavelmente existiria um outro orfanato mais antigo, fundado no século XIII por D. Beatriz mulher de D. Afonso IV, cujo edifício ainda existe, embora com portaria reconstruída no século XVIII (26).

O primeiro reitor do Colégio dos Meninos Órfãos, também conhecido por Colégio «de Jesus» — que já em 1551 contava com uma frequência de cento e sessenta alunos entre internos e externos —, foi o cónego Doménic, cargo que ocupou até ao regresso à sua pátria em 1553. Para o substituir, foi nomeado o humanista doutor António Pinheiro, mestre da Corte desde 1540, pregador régio e futuro bispo de Miranda e, mais tarde, de Leiria, que fora companheiro de Lopo Serrão em Paris durante a década de quarenta, quando ambos eram ali estudantes.

É muito provável que as relações de amizade entre os dois humanistas e a sua simultânea presença na Corte tenham contribuído para a nomeação de Lopo Serrão, em 1558, para o cargo de médico do Colégio dos Órfãos, da Mouraria. O documento régio desta concessão esclarece, com efeito, que Lopo Serrão era, já nessa data, médico do rei D. Sebastião («fisyquo da minha casa»).

Há nos arquivos da Torre do Tombo um outro documento relativo a um Lopo Serrão, moço da câmara de el-rei, sobre a concessão da

(25) *Vide* Apêndice, II.

(26) *Vide* FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA MARTINS, *O Colégio de «Jesus» dos Meninos Órfãos da Mouraria*, Lisboa, 1959. Separata do *Arquivo Histórico de Portugal*, II série, vol. I, tomo II.

«feitoria de Batecalá nas partes da Índia», datado de 12 de Janeiro de 1530 (27).

Esta data não favorece a hipótese de Lopo Serrão se ter deslocado à Índia para tomar posse da dita feitoria e de a administrar durante três anos, como reza a doação, pois que em 1534, ou mesmo antes, já ele se encontrava em Paris, como vimos. Por outro lado, a tomada de posse só se verificaria «tanto que acabarem seu tempo as pessoas que dela [feitoria] forem providas por minhas provisões feitas antes desta», como diz o documento, o que viria a adiar ainda mais esta data e a tornar, assim, menos provável a concretização da mercê concedida por D. João III ao seu moço de câmara.

Apesar disto, não é impossível que se trate do mesmo Lopo Serrão, bolseiro de D. João III na Universidade de Paris, pois a dita mercê da feitoria de Batecalá poderia ter sido substituída, entretanto, pela bolsa de estudos de que beneficiou o futuro doutor e médico da Corte. Tais substituições eram possíveis, como até o dito documento, de certo modo, o comprova, ao esclarecer que esta carta foi passada em substituição de outra do mesmo teor, datada de 9 de Dezembro do ano transacto, que fora inutilizada talvez por envolver outras condições sobre a referida concessão.

Em 1579, data da publicação da sua obra, Lopo Serrão era já de idade avançada, segundo informações colhidas quer no texto do seu poema (*vide* a expressão *uenerande senex* com que ele mesmo é tratado no Livro XII, p. 215, v. 24 e p. 228, v. 16; e no Livro XIV, p. 277, v. 30 e p. 278, v. 25) (28), quer nas referências do poeta em duas pequenas composições que antecedem a obra, na edição do século XVI. Numa delas, com o título «Auctor ad Lectorem», Lopo Serrão desculpa-se e justifica-se, perante o leitor, da insignificância da sua obra, imprópria, porventura, da sua velhice:

*Hoc opus inspicias, nostra est fetura senectae:
cum pariat uetulus, res erit ista iocus.*

(27) *Vide* Apêndice, III.

(28) A paginação é a que figura no texto da edição do *Corpus*, tomo IV, de 1745, de António dos Reis. A numeração dos versos é minha e está feita para cada página do texto da mesma edição. Este critério é seguido em todas as citações do poema, salvo indicação diferente.

*Non tibi sit mirum, uetulus si insaniat, omnes
desipiunt, quando ruga senilis adest.
Debuit haec aetas progignere seria, lector
parce tamen, uisa est si mea musa leuis.
Vir grauibus fessus curis, si grandia semper
pectore rimetur, pectore laesus erit.
Interpone tuis, interdum gaudia curis,
ille ait, ast animo, gaudia uersus erit.*

«Examina esta obra, que é fruto da nossa velhice; sendo criação de velho, há-de ser coisa de divertir. Não te admires de um velho com falta de senso, pois todos o perdem quando a ruga senil aparece. Deveria esta idade produzir trabalho sério, mas... desculpa-me, bom leitor, se a minha musa te parecer ligeira. É que, se o homem fatigado pelo peso dos cuidados traz sempre em seu peito altas cogitações, ficará doente do espírito. Põe, de vez em quando, alegrias de permeio em teus cuidados, diz ele, e nesse caso será o verso a alegria da alma».

Na outra composição, com o título de *Huius operis propositio* — que é efectivamente uma espécie de proposição do poema, embora destacada da sua estrutura—, o poeta recorda os tempos da sua juventude, em que se dedicara ao culto das musas, e afirma quanto lhe é grato, depois de velho (*uetuli nunc ostia pulso*), voltar ao seu aprazível convívio (29).

Resumindo estes dados, podemos concluir dizendo que a vida de Lopo Serrão decorreu toda ela dentro do século XVI (30) e que, tendo em conta particularmente a data da sua matrícula na Faculdade de Medicina de Paris em 1534, como ficou dito, o poeta terá nascido provavelmente nos meados da segunda década de Quinhentos. Se acei-

(29) *Vide infra* o texto e a tradução desta composição.

(30) O facto de o poeta ser já velho em 1579, como ele diz e como o comprovam as outras datas referentes à sua vida, torna improvável que ainda vivesse no princípio do século seguinte. Parece, pois, inexacta a informação de que se trata de um poeta dos séculos XVI-XVII, como ainda recentemente se escreveu. Cf. *Dicionário de Literatura*, direcção de JACINTO DO PRADO COELHO, Barcelos, 1971, p. 1343.

tarmos os vinte anos como idade aproximada para o ingresso de Lopo Serrão no curso universitário em 1534 e se admitirmos que em 1579 o poeta se considerasse velho aos sessenta e cinco anos — o que não é pouco para a longevidade média daquela época —, teríamos, por estas duas vias, o ano de 1514 para data provável do seu nascimento. Penso que a hipótese destes números não deve andar muito longe da realidade.

Segundo informação de Barbosa Machado, Lopo Serrão teria morrido «na sua Patria em idade muito propecta» (31).

Quanto à falta de notícias acerca da sua família, de que fala Manuel Monteiro na *Vita*, sabemos, pelo menos, que teve um irmão que também se dedicou à medicina e que, tal como ele, foi médico de corte. Trata-se de Gaspar Serrão, que «residiu muitos annos em Alemanha onde foy medico do Emperador Maximiliano primeiro» (32).

Na *Chancelaria de D. Filipe I, Padrões e Doações*, livro 16, fl. 401vº, encontram-se os registos de dois padrões de tenças confirmadas por aquele monarca, em 18 de Agosto de 1590, a Frei Lopo Serrão, frade da ordem do Carmo, e a Bárbara Serrão, freira do Mosteiro de Semide, ambos filhos de Francisco Serrão, que por sua morte lhes deixara em testamento a sua própria tença (33).

Atendendo à data desta escritura e sobretudo ao que até aqui vimos sobre Lopo Serrão, não é provável que aquele homónimo se identifique com o humanista. Os dois irmãos referidos eram, de certeza, bastante mais novos que ele seriam talvez seus parentes mais ou menos próximos.

II

OBRAS

A obra fundamental de Lopo Serrão é o poema *De Senectute et aliis utriusque sexus aetatibus et moribus*.

Há, porém, mais quatro pequenas composições da sua autoria, todas em verso elegíaco, que vêm publicadas em apêndice ao mesmo volume (34)

(31) *Bibliotheca Lusitana*, tomo III, p. 17.

(32) *Idem*, tomo II, p. 371, s.v.

(33) *Vide* Apêndice, IV e V.

(34) Tem havido quem afirme erradamente que estas poesias de Lopo Serrão só vieram a ser publicadas a primeira vez na edição do *Corpus* em 1745. Cf., v.g., *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 28, p. 501, s.v., onde, num pequeno

do *De Senectute*, com os seguintes títulos: *Iuxta (35) flumina Babylonis*, *Juxta (35) flumina Babylonis alia magis succincta expositio*, *Breuior Epilogus horum carminum*, e *Cum exiret (35) Israel de Aegypto*.

As três primeiras — uma com cento e trinta e seis versos, a segunda com vinte e seis e a última com oito — são paráfrases ao Salmo 136 da Vulgata, sobre o pranto do povo judeu deportado nas margens dos rios da Babilónia, onde passava o exílio carpindo suas mágoas e saudades da pátria, tema que, como se sabe, foi glosado por vários poetas, entre eles Camões (36).

A última composição, de vinte e quatro versos apenas, parafraseia o Salmo 113, que recorda os prodígios realizados por Deus durante a saída dos Hebreus do Egipto e a sua entrada na Palestina, e refere-se particularmente à passagem do Mar Vermelho e do rio Jordão.

Além destas obras, nada mais resta da actividade literária de Lopo Serrão, apesar de ele ter anunciado um outro trabalho que tinha intenção de dedicar ao conselheiro da Corte, Paulo Afonso, seu protector, a quem destinou o *De Senectute*. Com efeito, na carta dedicatória (37) dirigida ao ilustre cónego e magistrado, o poeta começa por expor as razões que o levaram a dedicar-lhe aquela obra, agradece os benefícios que dele tem recebido, elogia os seus préstimos indispen-

artigo de meia dúzia de linhas dedicado ao nosso humanista, se encontram, além deste, mais quatro erros relativos a datas e outras informações.

(35) De notar que as expressões *Iuxta flumina* e *Cum exiret* utilizadas por Lopo Serrão e que correspondem ao começo dos Salmos 136 e 113 respectivamente, diferem da versão da Vulgata, que apresenta as formas *Super flumina* e *In exitu*. Porque esta última versão era a mais conhecida no século XVIII, António dos Reis alterou, na edição do *Corpus*, os títulos das paráfrases do humanista, dando-lhes a seguinte forma:

Psalmi super flumina Babylonis paraphrasis
Super flumina Babylonis alia magis succincta expositio
Breuior Epilogus horum carminum
Psalmi in exitu Israel de Aegypto paraphrasis.

(36) Vide os sonetos *Na ribeira de Eufrates* e *Cá nesta Babilónia*, e as redondilhas *Sóbolos rios*. Sobre a fortuna deste tema, veja-se MARIA DE LOURDES BELCHIOR, «As glosas do Salmo 136 e a saudade portuguesa», *Os Homens e os Livros, Séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1971, pp. 17-28.

(37) Vide ANTÓNIO DOS REIS, *Corpus illustrium poetarum lusitanorum qui latine scripserunt*, tomo IV, pp. 17-18.

sáveis junto do rei e promete oferecer-lhe, dentro de pouco tempo, uma outra obra mais digna do prestígio do conselheiro régio e da sua própria idade já avançada: «breui aliud opus nomini tuo consecrabo, ut arbitror, dignum tua auctoritate et mea aetate iam ingrauescente». Tal obra, porém, se o poeta a compôs, não chegou aos nossos dias, nem mesmo era conhecida no século XVIII, segundo informa Manuel Monteiro na *Vita* (38).

III

O POEMA DE *SENECTUTE*

1. *Edições e suas variantes*

Ao apreciar os elogios feitos por vários poetas contemporâneos de Lopo Serrão a respeito do *De Senectute* e publicados juntamente com ele na edição do século XVI, e ao ler certas passagens do poema, um leitor daqueles tempos deveria ficar com a ideia de que esta obra viria a gozar muitas vezes, pelos tempos fora, das honras da imprensa. Na verdade o poeta, ao referir-se, por exemplo, à figura de D. Diogo de Castro, no Livro XII, p. 224, vv. 23-24, diz:

*Immortalis erit, uirtute insignis et armis
nam liber iste meus saecula multa teret.*
«Há-de ficar imortal, famoso na virtude e nas armas,
pois este meu livro há-de percorrer muitos séculos.»

e no Livro XIII, p. 236, vv. 19-20 e 25-26, ao falar da velhice, da mulher bela e da mulher casta como temas da sua musa, afirma:

*Immortalis erit, quoniam mea carmina mortem
contemnunt, ueluti non peritura solo.*
.....
*Hoc opus aeternum multos durabit in annos,
euertet numquam haec carmina longa dies.*
«Há-de ficar imortal, pois que meus versos a morte
desprezam nem hão-de por assim dizer sumir-se na terra.
.....
Esta obra há-de permanecer por muitos anos sem fim
e nunca estes versos serão destruídos pela imensidão do tempo.»

(38) Idem, *ibidem*, pp. 7-8.

Descontando embora o que esta presunção terá de tradicional na poesia latina (39) e aceitando a exuberância dos auto-elogios próprios daquele tempo, a verdade, porém, é que Lopo Serrão se enganou nestes prognósticos: apesar de os seus versos perdurarem ainda hoje, têm sido, como tantas obras de outros humanistas, votados à ingratidão e quase total esquecimento do vulgo ignaro.

À primeira edição, saída em 1579 (40), seguiu-se um longo período de mais de século e meio, até à organização do *Corpus illustrium poetarum lusitanorum*, em cujo tomo IV, pp. 19-292, António dos Reis incluiu a obra de Lopo Serrão, sendo esta a sua última edição até hoje conhecida.

Os exemplares da edição do século XVI, de cuja existência nos dá conta António Joaquim Anselmo, *Obras Impressas em Portugal no Século XVI*, Lisboa, 1926, p. 273, n.º 490, constituem hoje valiosas raridades bibliográficas.

Dos seis espécimes referidos por aquele conhecido bibliógrafo como existentes nalgumas das principais bibliotecas portuguesas, pudemos consultar cinco (41): o da Biblioteca do Palácio da Ajuda com a cota 50/VI/42, o da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa com a cota 11 $\frac{786}{48}$, o da Biblioteca Pública do Porto com a cota K-3-62, o da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto com a cota *Séc. XVI, Res., n.º 16* e, finalmente, um da Biblioteca Nacional de Lisboa com a cota L 2416 P.

Relativamente aos exemplares de 1579, há, porém, um facto a registar. É que entre o da B.N.L. por uma parte e os quatro restantes por outra, sendo eles embora da mesma data, há profundas divergências de texto, particularmente nos livros VIII e XIII. Por outro lado, o texto

(39) Sobre o louvor da própria obra *vide*: HORÁCIO, *Odes* III, 30 (cf. o comentário de Fraenkel); PROPÉRCIO, III, 2 e IV, 1, 63 sqq.; MARCIAL, I, 61, 1 sqq. e Ovídio, *Amores* III, 15, 7 sqq.

(40) O registo do catálogo da Biblioteca Nacional de Lisboa, relativo a Lopo Serrão, que é bastante antigo, apresenta a data de 1597 para a edição da sua obra. Este lapso, resultante da troca dos dois últimos algarismos, tem induzido em erro alguns bibliógrafos desprevenidos.

(41) Anselmo cita dois exemplares para a B.N.L., o que não conseguimos confirmar.

do *Corpus*, apesar de seguir o da B.N.L., tem, em relação a este, algumas alterações.

Temos, assim, pelo menos três edições diferentes, que passaremos a designar pelas siglas *A* (o grupo dos exemplares das bibliotecas da Ajuda, da Academia das Ciências, Pública do Porto e da Faculdade de Medicina do Porto, todos do século XVI), *L* (o da B.N.L., também do século XVI) e *C* (o do *Corpus*, século XVIII).

As principais diferenças de texto verificam-se num total de cerca de trezentos e cinquenta versos, entre alterados, omissos, acrescentados e deslocados; e, embora o presente trabalho não comporte aqui a sua apreciação, podemos, desde já, esquematizá-los do seguinte modo, partindo do confronto de *C* com *L* e destes dois com *A*:

a) *C*, em relação a *L*, tem:

— alterados: no livro VIII, os vv. 10 (p. 110) e 25 (p. 113); no livro XIII, os vv. 25 (p. 235), 20-21 (p. 255), 5 (p. 259) e 25 (p. 260).

— omissos: no livro VIII, um dístico no princípio da página 110 e mais dois na página 114 entre os vv. 10-11 e 14-15.

b) *L* e *C*, em relação a *A*, têm:

— alterados: no livro VIII: p. 97, vv. 8-9 e 15; p. 98, vv. 7-8, 15 e 25-26; p. 99, vv. 4, 6, 8-12, 14, 17 e 26-30; p. 100, vv. 17-18 e 20; p. 103, vv. 21-30; p. 104, vv. 1-10 e 27-30; p. 106, vv. 1-16, 25-26 e 29-30; p. 107, vv. 6 e 19; e p. 112, v. 12. No livro XIII, p. 233, vv. 13-24 e 29-30; p. 235, vv. 7-14, 20-22, 25-26 e 29; p. 236, vv. 7-13; p. 243, vv. 4-6; p. 254, vv. 21-26; p. 255, vv. 5-14 e 18-30; p. 256, vv. 1-2; p. 258, vv. 13-16 e p. 259, vv. 9-10.

— aumentados: no livro VIII, os vv. 11-14 (p. 103), 21-22 (p. 111), 5-6 (p. 113), 3-24 (p. 114) e 9-14 (p. 115).

— omissos: no livro VIII, um dístico entre os vv. 2-3 (p. 96), doze versos entre os vv. 8-9 (p. 97); um dístico entre os vv. 21-22 (p. 107), quatro versos entre os vv. 22-23 (p. 107), um dístico entre os vv. 12-13 (p. 108), nove versos entre os vv. 28-29 (p. 109), vinte e um versos entre os vv. 25-26 (p. 113), um dístico entre os vv. 25-26 (p. 116), e trinta e dois versos no fim do mesmo livro.

— deslocados: vinte e seis versos no livro VIII, que em *L* e *C* correspondem aos vv. 1-26 (p. 105) e em *A* aos vv. 17-22 (fl. 53), 1-22 (fl. 53b) e 1-12 (fl. 54), com alguns acrescentos e alterações.

Apesar destas *uariae lectiones* verificadas entre *L* e *A* relativamente aos dois livros citados do poema, o texto dos restantes mantém-se sem alterações apreciáveis (42), em todos os exemplares.

É curioso notar, até, que os próprios defeitos de impressão se conservam em *L* e *A*, como se verifica, por exemplo, na falta de numeração das folhas 182 e 183.

Parece, pois, poder concluir-se que, a ter havido duas edições no ano de 1579, o tipógrafo se serviu da composição da primeira para a elaboração da segunda e que o poeta refundiu apenas os livros VIII e XIII.

Quanto aos motivos que levaram o autor a fazer estas modificações, parece ter sido a intenção de moderar certas expressões e de expurgar alguns pormenores descritivos que terão tido mau acolhimento por parte dos seus leitores. Nesta hipótese, talvez tenha sido a edição de *L* a que primeiro saiu a lume, dado que nela se encontram certos exageros, sobretudo de crítica feminina, e alguns versos de um realismo mais atrevido (43).

Da parte das exigências da censura inquisitorial prévia — que, aliás, se preocupava principalmente com questões de ordem dogmática (44) — parece não ter havido dificuldades para a publicação do

(42) Há ainda a considerar uma *Errata* de quatro páginas que vem incluída apenas no exemplar da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e que, para além da indicação de certos erros tipográficos de fácil identificação, introduz no texto e nas notas das edições do século XVI algumas alterações embora pequenas.

No texto de *L*, exemplar bastante deteriorado, há falta da folha 113 correspondente aos vv. 21-30, p. 184, aos vv. 1-30, p. 185 e aos vv. 1-4, p. 186, da edição do *Corpus*.

(43) Estão neste caso os três dísticos seguintes omitidos por António dos Reis na edição do *Corpus*, livro VIII, que correspondem, no texto de *L*, aos vv. 1-2 da fl. 62 e aos vv. 1-2 e 7-8 da fl. 65:

*Quae semel ex uno gustarit femina cole,
saepius ad colem, non satiata redit.*

.....
*Alba cutis niuei dentes, albique capilli,
uas nigrum atque oculi, nigra supercilia.*

.....
*Cum uase os strictum, stringunt ubi cingula, stricta:
sint coxae et nates uuluaque turgidula.*

(44) Lê-se, efectivamente, no último dos formulários de aprovação das várias

poema de Lopo Serrão. Deve, mesmo, dizer-se que esta obra é mais um exemplo, a par de *Os Lusíadas*, da inteligência e cultura do célebre Frei Bartolomeu Ferreira, que então exercia o cargo de deputado da Inquisição de Lisboa (45) e a cuja transigência e abertura de espírito se ficou porventura devendo a sobrevivência de algumas das mais belas páginas do nosso Épico.

Mas se o ilustre frade foi compreensivo e benévolo para com a epopeia de Camões (46), foi-o muito mais na censura que fez ao *De Senectute* de Lopo Serrão. Na verdade, Frei Bartolomeu Ferreira não regateou os seus elogios e o seu beneplácito franco à obra do poeta, como se vê pelas palavras da «Aprovação» com que abre a edição do século XVI (fl. 1 b não numerada):

Approbatio

Libros hos quattuordecim de Senectute, Auctore Lupo Serrano, iussu amplissimi ac supremi Senatus sanctae ac generalis Inquisitionis perlegi. Quos testor multas habere piissimas considerationes, et exercitia, quae in commodum multorum non sine magno fructu typis excudi possunt, cum psalmo Super flumina Babylonis. Vltima die Februarii MDLXXIX.

Frater Bartholomaeus Ferreira

«Li na íntegra estes catorze livros acerca da velhice, da autoria de Lopo Serrão, por ordem do ilustríssimo e supremo Senado da santa e geral Inquisição, e declaro que eles contêm muitas das mais piedosas considerações e recomendações práticas que, para utilidade de muitos, podem com grande proveito imprimir-se, juntamente com o salmo 'Super flumina Babylonis'. Último dia de Fevereiro de 1579.

Frei Bartolomeu Ferreira»

entidades por quem foi revisto o original do poema (fl. 1 b não numerada da edição de 1579), apenas o seguinte:

Si quidquam in hoc opere reperiat quod catholicae fidei apponatur, protinus deleatur. Vlixbonae datum anno a Virginis partu 1579.

«Se nesta obra se encontrar algo que se oponha à fé católica, seja imediatamente riscado. Dado em Lisboa no ano de 1579 do parto da Virgem».

(45) Vide BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, tomo 1, pp. 460-1, s.v.

(46) Vide SOUSA VITERBO, *Fr. Bartolomeu Ferreira, o primeiro censor dos Lusíadas. Subsídios para a história literária do século XVI em Portugal*, Lisboa, 1891, p. 23; e HERNÂNI CIDADE, *Luís de Camões, o Lírico*, Lisboa, 1967, p. 75.

A obra de Lopo Serrão saiu a público depois de 4 de Julho de 1579, data do alvará da sua publicação concedido pelo cardeal-rei D. Henrique, que acompanha alguns dos exemplares da edição do século XVI (47). Trata-se de um texto régio formulado nos termos habituais destes documentos, que mostra algumas curiosidades da «lei de imprensa» de então no que respeita aos direitos de autor. Garante, a pedido do próprio Lopo Serrão, o monopólio da publicação da sua obra durante dez anos, estipula as multas a aplicar a quem quer que lese a reserva de tais direitos e estabelece o preço de «hum tostam» para a venda do livro (48).

Tem, ainda, a particularidade de nos informar que o autor continuava a exercer as funções de «físico» da Corte no reinado do Cardeal-rei.

2. *As notas marginais*

Barbosa Machado, ao falar do poema de Lopo Serrão, diz que «esta obra consta de versos elegiacos, e está marginada com doutissimas Notas» (49). Na verdade, a edição do século XVI, tanto no texto do grupo *A* como em *L*, está anotada com perto de seiscentas observações impressas à margem do texto.

A maior parte delas, porém, não têm a importância que Barbosa lhes atribui, pois limitam-se a pôr em evidência algum nome próprio incluído no texto ou, quando muito, a reproduzir, pelas mesmas ou por outras palavras, o seu conteúdo.

Há, todavia, algumas que apontam para a possível fonte utilizada pelo poeta, indicando, duma maneira muito vaga, o nome de algum autor clássico, por exemplo Virgilius, Petronius, Plinius, Mantuanus, Valerius, etc., sem, duma maneira geral, citar nem a obra nem o lugar.

Quanto ao autor destas notas, parece-me não ter sido Lopo Serrão. Com efeito, quando elas resumem o conteúdo da narração ou apresentam a ideia central de um texto, aparecem formuladas de modo a indicar o autor da obra na terceira pessoa do singular, insinuando que se trata de pessoa diferente de quem as escreve. Assim, aparecem

(47) Não aparece no exemplar da Ajuda nem no da B.N.L., bem como na edição do *Corpus*.

(48) *Vide* Apêndice, VI.

(49) *Op. cit.*, tomo III, p. 17.

notas do seguinte tipo: «Prosequitur narrationem», «Consequitur incommoda senectutis», «Obiurgat uetulos», «Admonet adulescentes», «Laudat uetulos», «Improbat sortis iudicium», «Agit de numismate quod...», etc.

Outras apresentam mesmo a palavra *auctor*, o que parece distanciar ainda mais o seu redactor do autor do poema: «Inuehitur auctor in nobiles», «Excusatio auctoris», «Admonet femina in somnis auctorem», etc.

Significativa é a nota referente ao passo em que Lopo Serrão pretende justificar-se do facto de usar versos alheios no seu poema (cf. livro VIII, p. 109, vv. 17 sqq.). Diz essa nota marginal: «Diluit auctor notam sibi imponendam ex suffuratis carminibus».

É certo que esta particularidade de as notas virem redigidas na terceira pessoa poderia ser um processo utilizado pelo próprio autor do poema, mas o que é mais de estranhar é o facto de muitas delas parecerem desajustadas do texto. Isto verifica-se particularmente naquelas que pretendem indicar a fonte de que se serviu o poeta.

Exemplo elucidativo deste facto é o passo em que Lopo Serrão, ao falar da morte «que a todos iguala e a ninguém poupa», se refere ao desaparecimento prematuro do jovem Marcelo, filho de Octávia, irmã de Augusto (cf. livro IX, p. 131, vv. 5 sqq.). À margem do texto quinhentista aparece a seguinte nota: «Tu Marcellus eris. Vide in 6. Aeneidos».

É, na verdade, bem conhecida esta frase do canto VI da Eneida (v. 883) em que Virgílio imortaliza a figura do malogrado sucessor de Augusto, lamentando a sua morte na flor da vida (cf. *En.* VI, 860-885).

Esta informação — das poucas que citam a obra e o local, embora não suficientemente identificado — levar-nos-ia a concluir que Lopo Serrão se servira do dito passo da Eneida como fonte inspiradora. Um pouco de contacto com outros autores latinos leva-nos, porém, à certeza de que o humanista utilizou outra fonte. Assim, ao percorrer as *Elegias* de Propércio, encontramos uma dedicada ao mesmo tema da morte de Marcelo e da qual Lopo Serrão transcreveu para o seu poema, quase *ipsis uerbis*, nada menos que dezoito versos (cf. PROPÉRCIO, *Elegias* III, 18, 11-28), que constituem o passo citado.

O mesmo fenómeno acontece com outras informações da anotação marginal do *De Senectute* de Lopo Serrão.

Parece, pois, poder concluir-se que estas notas à margem, ou não são do autor do poema, ou, a serem-no, estão, em muitos casos, destituídas de oportunidade e induzem, até, em erro o leitor desprevenido.

3. *Estrutura e composição*

A obra principal de Lopo Serrão é, como dissemos, o *De Senectute et aliis utriusque sexus aetatibus et moribus*. Trata-se de um longo poema de catorze livros em dísticos elegíacos num total de cerca de oito mil versos, que apresenta uma multiplicidade de temas muito mais variada do que o seu título possa fazer supor.

Uma das características fundamentais deste poema é a feição extremamente flutuante da sua composição. A sequência ideológica surge, com frequência, truncada e interrompida por roturas de pensamento, desviado por digressões a propósito de cada pormenor. Por outro lado, as enumerações de factos históricos, os comentários e reflexões morais, a recorrência constante a fontes de vária proveniência e, ainda, o facto de o autor ter poetado em diferentes épocas da sua vida (50), obrigam-no a permanentes repetições (51) e até contradições (52).

Com efeito, quando nos parece que determinado tópico está suficientemente tratado, esgotado até, ei-lo que surge de novo a ocupar dezenas de versos, numa redundância insistente que compromete um tanto, assim nos parece, o valor poético desta obra.

(50) Que Lopo Serrão se dedicou ao culto das Musas quando jovem, recorda-o ele próprio na pequena composição com o título «*Huius operis propositio*», v. 3, que precede o poema na edição do século XVI (*vide infra* p. 74). E no livro XI, p. 180, vv. 3-4, afirma incluir no poema pelo menos as paráfrases aos sete Salmos Penitenciais que compusera na juventude:

*Hos mea Musa canit, ne sint occulta legenti
carmina quae cecini, quando iuuenta fuit.*

«A estes [salmos] canta-os a minha Musa, para que ao leitor não fiquem ocultos / os versos que eu cantei nos tempos da mocidade».

(51) Exemplos destas repetições vêem-se v.g. no tratamento dos temas da idade do ouro (apresentado no livro V e sucessivamente retomado nos livros VII e X); da sátira às mulheres (livros VIII e XIII); da morte (livros IX e XIV); dos privilégios da velhice (livros III, X, etc.); da crítica à juventude e da exaltação da velhice (da 2.^a parte do livro III ao livro VIII e livro XII, *passim*) e muitos outros.

(52) *Vide*, por exemplo, a crítica feita ao sistema do morgadio, em que, por um lado, o autor o condena dizendo que vai contra os direitos de igualdade estabelecidos pela natureza e, pouco depois, defende a dita instituição como sendo exigida pela mesma natureza (cf. livro XII, p. 201, vv. 13-22, p. 204, vv. 7-10 e p. 205, vv. 5-8).

Contudo, convém reconhecer que este facto é, de certo modo, inevitável em composições desta envergadura que tratam de um tema relativamente limitado, como é o caso do poema de Lopo Serrão. Se pensarmos que nem Camões na sua epopeia conseguiu evitar sempre os inconvenientes de um longo poema com as sucessivas acumulações descritivas e as referências históricas que o obrigam, por vezes, à prosa rimada, encontraremos melhor justificação para certos aspectos menos válidos do *De Senectute* do humanista eborense.

O carácter profundamente digressivo que faz desta obra um poema de tipo retardado (53) e, particularmente, a sua composição repetitiva, tornam difícil a elaboração de um esquema analítico que mostre, sem solução de continuidade, a sequência da sua estrutura.

Há, todavia, bem clara, a intenção de um plano geral, que Lopo Serrão deixou expressa em vários passos do poema. Assim, o livro III começa com o seguinte dístico:

*Causa secunda refert ualidam non esse senectam,
hanc uelut infirmam carmina nostra canent.*
«Diz a segunda causa que a velhice não tem forças,
e é essa fraqueza que os nossos versos vão cantar.»

o livro VII abre com os versos:

*Tertia causarum Venerem contundit iniquam,
retia contemnens, saeue Cupido, tua.*
«A terceira causa reprime os desmandos do prazer,
desprezando os teus laços, ó cruel Cupido.»

e o livro IX tem o seguinte começo:

*Causa propinquantem deflet senis ultima mortem,
quae finem curis est positura suis.*
«A última causa deplora a aproximação da morte do velho,
morte que há-de pôr fim a todos os seus cuidados.»

(53) Claro exemplo deste facto é o tratamento dado ao tema da morte do velho, que, sugerida no livro VI, p. 82, v. 19, anunciada no livro VII, p. 87, vv. 20-21 e programada no livro IX, p. 137, vv. 17-18, só veio a verificar-se quase mil versos mais tarde, no livro X, p. 171, vv. 3 sqq.

Há, pois, referência a quatro *causas*, e se a primeira não aparece expressa, encontra-se, todavia, implícita no princípio do livro II:

*Non senibus fedit uulgus, non causa gerenda
iudicio summo traditur ulla seni.*

«Em velhos o vulgo não confia, nem o conselho supremo entrega a um ancião nenhum negócio público.»

Trata-se de quatro razões pelas quais a velhice é, ou pode ser, considerada como uma idade deplorável, inútil, decrépita, sem conforto e aterrada pela ideia da morte iminente.

Ora, ao analisar o *Cato Maior*, diálogo de Cícero também conhecido pelo título *De Senectute*, facilmente se vê que Lopo Serrão não buscou neste tratado do Arpinate apenas o título (parcial aliás) do seu poema, para a elaboração do plano desta obra, em que se propõe cantar o tema «da velhice e demais idades de ambos os sexos, e sua natureza». As quatro causas aduzidas pelo humanista são as mesmas que Cícero apresenta esquematicamente no início do parágrafo 15 (V, 15) do seu diálogo filosófico sobre a velhice e que desenvolveu e refutou ao longo da mesma obra. Recordemos as palavras de Cícero:

Etenim, cum complector animo, quattuor reperio causas cur senectus misera uideatur, unam quod auocet a rebus gerendis, alteram quod corpus faciat infirmius, tertiam quod priuet fere omnibus uoluptatibus, quartam quod haud procul absit a morte. Earum, si placet, causarum quanta quamque sit iusta unaquaeque uideamus.

«Pois bem, quando penso neste assunto, encontro quatro causas pelas quais a velhice poderá parecer lamentável: uma, porque nos afasta dos negócios públicos; outra, porque torna o corpo particularmente debilitado; a terceira, porque nos priva de quase todos os prazeres; a quarta, porque está muito perto da morte. Vejamos, se lhes apraz, qual o peso e a justiça de cada uma destas razões.»

Ao confrontarmos este texto com os dísticos de Lopo Serrão acima transcritos, referentes aos livros II, III, VIII e IX, logo se vê como o nosso humanista seguiu de perto o esquema de ideias do escritor latino.

Este facto torna-se ainda mais evidente, se o aproximarmos de uma pequena composição de onze dísticos elegíacos que o mesmo humanista

português apresentou como *Argumentum totius operis* a preceder o poema nas edições de 1579 e que António dos Reis não incluiu na edição do *Corpus*, em 1745:

ARGUMENTVM TOTIVS OPERIS

*Quattuor hic causas memoro, cur quisque senectam
defleat ut miseram, nec uelit esse senex.
Est onus ingratum mortalibus aegra senectus,
est morti similis, gaudia nulla parit.
Prima senescentes a rebus causa gerendis
auocat, ignauum nam putat esse genus.
Non cerebro fudit populus, non aula senili,
obtusos sensus longa senectus habet.
Indicat infirmum corpus tibi causa secunda,
cum minuant robur tempora longa senum.
Ac ueluti uerno ridentia tempore prata,
arida sunt hiemis canaque facta niue.
Tertia mollitiem, luxus, et gaudia frenat,
ultima postremum nuntiat esse diem.
Incutit ipsa metum senibus, cum fata propinquent,
et mors dissoluat membra caduca senum.
Cum uenit in mentem trepidandae mortis imago,
labitur ex oculis humida gutta senis.
Praeteritae vitae cum sit memor ille infandae,
sistit, et in Barathri trudier horret aquas.
Has ego discutiam, cum debitus ordo requiret,
debita qui obseruat tempora, labe caret.*

«Recordo aqui os quatro motivos por que todo o homem deplora a velhice como miserável e não deseja ser velho.

É um fardo ingrato para os mortais a enfraquecida velhice, é semelhante à morte e não oferece nenhuma consolações.

A primeira causa afasta dos negócios públicos os que envelhecem, pois considera-os uma classe inútil.

Nem o povo nem a corte confiam na cabeça de um velho, dado que a idade avançada tem a inteligência embotada.

Mostra-te o enfraquecimento do corpo a segunda causa, visto que uma vida longa diminui o vigor dos velhos e, tal como os prados ridentes do tempo da primavera,

ela é árida e torna-se branca com a neve do inverno.
 A terceira causa refreia a volúpia, a luxúria e os prazeres,
 e a última anuncia que está próximo o dia derradeiro.
 É ela que incute medo aos velhos, por se aproximar o dia fatal,
 e a morte dissolve os membros caducos dos velhos.
 Ao vir à mente a imagem da morte assustadora,
 derramam-se em lágrimas os olhos do ancião.
 E, ao recordar o passado da sua vida nefanda,
 resiste e receia ser arrastado para as águas do Báratro.
 Refutarei estes motivos: quando a ordem natural o exija,
 quem respeitar o que é próprio da idade, está livre de culpa.»

Fica, assim, definitivamente traçado o plano do poema, e Lopo Serrão irá desenvolvê-lo ao longo dos catorze livros que compõem a extensa obra. Uma análise das fontes mostraria como o autor recheou parte dela com o próprio material de Cícero e lhe seguiu, embora com certa liberdade, as pisadas, nos argumentos e na arquitectura dos raciocínios.

E embora não possa apresentar-se aqui, para não alongar demasiado o presente trabalho, o estudo das relações entre o *De Senectute* do humanista português e o *Cato Maior* do escritor latino — o que pensamos fazer noutra ocasião —, damos de seguida um quadro sinóptico que estabelece as correspondências mais directas entre passos das duas obras, para que se possa desde já fazer uma ideia do aproveitamento, por parte de Lopo Serrão, das matérias versadas na obra de Cícero:

<i>De Senectute</i> , de LOPO SERRÃO	<i>Cato Maior</i> , de CÍCERO
Livro III, p. 44, vv. 11 sqq.	II, 4
» III, p. 45, vv. 7 sqq.	XX, 74
» III, pp. 47-48, vv. 3 sqq.	XIX, 67-70
» III, pp. 49-50, vv. 1 sqq.	II, 5 e 7
» III, p. 51, vv. 13 sqq.	XVI, 55-56
» III, pp. 51-52, vv. 21 sqq.	V, 13-14
» IV, pp. 53-55, vv. 1 sqq.	VI, 17-VII, 21
» IV, p. 55, vv. 11-12	VIII, 26
» IV, p. 56, vv. 3 sqq.	IX, 27
» IV, pp. 57-61, vv. 9 sqq.	IX, 28-X, 34
» IV, pp. 61-62, vv. 17 sqq.	XI, 36-37
» V, pp. 64-67, vv. 3 sqq.	XI, 35-36

De Senectute, de LOPO SERRÃO*Cato Maior*, de CÍCERO

Livro VI, pp. 81-82, vv. 27 sqq.	x, 31 e 33
» VI, p. 82, vv. 27-28	xviii, 63
» VII, p. 85, vv. 7-10	xviii, 63
» VIII, pp. 97-99, vv. 16 sqq.	xii, 39-42
» VIII, pp. 99-101, vv. 21 sqq.	xiii, 44-xv, 54
» VIII, pp. 101-103, vv. 9-10	xvi, 56-xviii, 66
» IX, pp. 126-127, vv. 1 sqq.	xxiii, 82-84
» IX, pp. 127-129, vv. 7 sqq.	xxi, 77
» IX, p. 129, vv. 9 sqq.	xix, 71 e 73
» X, p. 152, vv. 20 sqq.	xviii, 64
» X, p. 154, vv. 3 sqq.	x, 31
» XIV, p. 279, vv. 9 sqq.	xxi, 78

Contudo, o nosso humanista quis fazer obra mais vasta e, assim, incluiu nela variadíssimos assuntos mais ou menos relacionados com o tema central e que, sendo sugeridos por qualquer pormenor, por vezes marginal, lhe davam ocasião para longas e frequentes digressões.

Por outro lado, o próprio título do poema esclarece a intenção de tratar não apenas da velhice, mas também das outras idades e dos comportamentos de ambos os sexos, o que amplia consideravelmente o seu campo temático. Lopo Serrão apresenta nas edições de 1579 uma pequena composição de sete dísticos a que deu o título de «*Huius operis propositio*» e que indica, mais caracterizados já, os vários temas a tratar. Eis o texto integral da composição:

HUIUS OPERIS PROPOSITIO

*Institui medicina tuis versarier hortis,
tota mihi in Phoebos sedula cura fuit.
Grata puer colui doctarum prata sororum;
grata senem rursus cernere prata iuuat.
Nocte colo musas, suffuror tempora morbis,
me vigilem medicum cura diurna tenet.
Cum fuerim iuuenis, uetuli nunc ostia pulso,
scribere decreui pubis et acta senum.
Deliros uetuli mores, delira iuuentae
tempora, natorum claraque gesta cano.*

*Hoc opus aetati serae non conuenit, aegrae
 parce senectuti, si tibi uisa leuis.
 Seria debebat grauiori scribere uersu,
 digna uiris doctis, pectore digna graui.*

«Resolvi, medicina, morar em teus jardins,
 passei a vida inteira dedicado às tarefas de Febo.
 Em rapaz, cultivei as gratas planícies das sábias irmãs
 e, na velhice, às gratas planícies me agrada de novo voltar.
 De noite, presto culto às Musas, roubo o tempo às doenças;
 de dia, o zelo me conserva médico vigilante.
 Enquanto jovem (agora bato às portas da velhice),
 propus-me descrever os feitos de jovens e de anciãos.
 Eu canto o comportamento do velho, os loucos tempos
 da mocidade e as ilustres gestas dos filhos.
 Esta obra não condiz com a idade avançada; perdoa
 as fraquezas da velhice, se ela te parecer ligeira.
 Deveria escrever assunto sério em verso mais ponderado,
 matéria digna de homens prudentes, digna de um peito sensato.»

Para além, pois, da consideração da velhice e da refutação das quatro razões por que ela pode ser tida como um fardo insuportável, acrescentam outros temas que Cícero não tratou no *Cato Maior*.

Faremos uma ideia aproximada da vastidão temática do poema de Lopo Serrão, particularmente no que respeita às suas intenções morais e pedagógicas, se lermos as palavras que ele dedicou *ad lectorem* nas mesmas edições do século XVI (fl. 8-8v.º, não numeradas) e que faltam na edição do século XVIII. O texto é um pouco longo, mas pareceu-nos oportuno transcrevê-lo e traduzi-lo, dado que, além de mostrar a clareza de estilo da prosa de Lopo Serrão, sóbria e fluente, apresenta outras considerações — importantes aliás — e um resumo do conteúdo moral da obra, feito pelo próprio autor, por isso com todas as garantias de fidelidade ao sentido do mesmo.

AD LECTOREM

Non decreueram hanc de Senectute qualemcumque commentationem euulgare, aut in publicum edere, quamuis sordido etiam studio deditum ingenium, qualemcumque laborem suum silentio obliterari aegerrime ferat. Non defuerunt praeterea quidam, qui hanc meam cogitationem, ne dicam pertinaciam, ueluti Reipublicae inimicam reiiiciendam et supprimendam esse existimarent, me grauitur obiurgantes, et ueluti proditiōnis alligantes, quod nostrum laborem abortiuum esse uoluissē. Quapropter omnia mecum cogitans et sedulo perpendens, animum iam ferme labantem immutauī et amicorum monitis obtemperans typographo has lucubrationes, noctibus successiuīs interceptas et studio meo alias grauiori quodammodo subtractas commendaui. Hae enim docent bene uiuere, iuuenes senibus reuerentiam praestare, eisdem indulgere eosque ita animare, ut mortem proximam non extimescant, sed eam potius ueluti futurae aeternitatis nuntiam placido et aequo animo suscipiant; uiduas praeterea solantur, diuites exortantur ut patribus orbatos alant et bonis artibus instituant, puellas nuptum dent, uinctos a carcere uendicent, captiuos redimant, uiros admonent ut cum suis uxoribus uitam honestam agant, liberos iure susceptos procreent, in captiuos sibique subditos domini moderate animaduertant, uirginibus uirtutibus studiosis ac in religiosarum feminarum familiam cooptare desiderantibus parentes libenter satisfaciant; homines diuitiis non inhient, causidici aera non expetentes, sed uera consulentes, litigantes in concordiam redigant pacemque concilient, liberi parentibus obtemperent; fures uitam perniciosam odio habentes, claustra sacra adeant; Reges aequa lance, suos subditos puniant; bene merentes foueant; pacem in suo regno conseruent; suam operam exigentibus benigne opem ferant, omnes denique adiuuent. Alia praeterea multo plura sunt, quae carminum lectio legentibus et omnia recte intuentibus insinuabit; amicorum enim et aliorum bene consulentium monitis aures apertas habens, feci quod numquam facere cogitassem, tantum abest ut facere decreuerim, aut deliberarim. Quod in hac commentatione superest, benigne lector expungito; quod autem sordidum est, expurgato; quod deest, ipse ex tua humanitate supplebis. Vale
optime lector.

«Ao leitor

Não era minha intenção divulgar ou trazer a público o presente estudo acerca da velhice, tenha ele o valor que tiver, embora seja com muito pesar que o talento, aplicado a uma tarefa mesmo insignificante, vê ficar esquecido no silêncio qualquer trabalho seu. Além disso, não faltou quem considerasse dever ser rejeitado e posto de parte, como prejudicial à Nação, este meu pensar, não direi pertinácia, censurando-me e acusando-me, por assim dizer, de perfídia, por querer deixar ficar gorado o meu trabalho.

Por isso, pensando comigo e pesando tudo com cuidado, mudei a minha maneira de pensar, já quase a ceder, e, obedecendo aos conselhos dos amigos, confiei a um tipógrafo estas meditações, roubadas ao descanso da noite (54) e extraídas, sob certo aspecto, da minha aplicação bastante esforçada aliás.

Ensinam elas, sem dúvida, a viver com rectidão, os jovens a respeitar os velhos, a tratá-los bem e a animá-los de tal modo, que não receiem a proximidade da morte, mas, antes, de coração tranquilo e resignado, a recebam como mensageira da futura eternidade.

Além disso, consolam as viúvas; exortam os ricos a que alimentem os órfãos de pai e os instruem nas boas artes, promovam o casamento das donzelas, libertem da prisão os encarcerados e redimam os cativos; aconselhem os maridos a que levem vida honesta com suas esposas, criem os filhos gerados segundo a lei e que os senhores repreendam com moderação os cativos e os de si dependentes; que os pais atendam com agrado as donzelas preocupadas com a virtude e desejosas de entrar na família das mulheres religiosas; que os homens evitem a ganância das riquezas; que os advogados, não procurando o dinheiro, mas aconselhando a verdade, tragam à concórdia os desavindos e conciliem a paz; que os filhos obedçam aos pais, e os ladrões, abominando a sua vida perniciosa, procurem os sacramentos da Igreja; que os reis castiguem os seus súbditos com justa balança, premeiem os que o merecem, assegurem a paz no seu reino, prestem auxílio com generosidade àqueles que lho solicitarem e que, enfim, a todos ajudem.

(54) Sobre o sentido do adjectivo *successiuus*, vide A. COSTA RAMALHO, «Duas nótulas de português literário do século XVI, I» *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, III, Coimbra, 1966, pp. 381-382.

Há, além destas, muitas outras matérias mais, que a leitura dos versos mostrará aos que os lerem e tudo examinarem com atenção.

Com os ouvidos atentos às instruções dos amigos e de outros bons conselheiros, fiz o que, decerto, nunca teria pensado fazer, tão longe estava de decidir ou deliberar fazê-lo.

O que está a mais nesta exposição, apága-o, leitor amável; o que é desprezível, expurga-o e o que falta, tu próprio, com a tua cultura, o suprirás. Adeus, excelente leitor»

Estas palavras de Lopo Serrão mostram um pouco da amplitude dos assuntos versados no seu tratado. Não são simples observações apologéticas da velhice como idade válida a seu modo, nem apenas conselhos sobre a inanidade da dor e da morte, mas trata-se de um poema de análise psicológica, de filosofia moral e de moral prática, em que abundam as sátiras, particularmente à juventude e às mulheres, com intenções profundamente didáticas, para qualquer idade, condição e sexo, e constitui também um repositório de informações históricas e de erudição.

4. *Plano geral e resumo do poema*

No meio destas divagações variadas e frequentes, mantém-se, contudo, suficientemente nítido — pelo menos até mais de metade do livro X — o fio condutor do plano do *Cato Maior* de Cícero, ou seja, a exposição das «quattuor causas cur senectus misera uideatur» (55) e a sua refutação, embora o nosso humanista use de muita liberdade, sobretudo na disposição da matéria (56).

Os restantes livros (a partir do final do livro X) saem deste plano, para tratarem de assuntos mais ou menos ligados ao tema da velhice: a morte e o funeral do velho (2.^a parte do livro X e livro XI), o tratado sobre a instituição da primogenitura (57) (1.^a parte do livro XII), a evo-

(55) Vide CÍCERO, *Cato Maior*, V, 15 (texto transcrito *supra*, p. 23).

(56) Note-se, por exemplo, que Lopo Serrão serve-se, na refutação da segunda acusação, de argumentos que Cícero utiliza na quarta. Cf. *Cato Maior*, XIX, 67-70 e Lopo Serrão, *De Senectute*, III, pp. 47-48, vv. 3 sqq.

(57) Não foi sem alguma razão que António dos Reis considerou o *De Maioratus uel Primogeniturae institutione* como sendo obra distinta do *De Senectute libri 14*, segundo se vê no *Index operum* apresentado no princípio do tomo IV, p. 3,

cação dos heróis portugueses no Paraíso (2.^a parte do livro XII) e o tratado sobre as mulheres (livro XII e a 1.^a parte do livro XIV). Só no final do livro XIV, pp. 278, vv. 29 sqq., o poeta retoma o tema da morte em geral e apresenta muitos conceitos escatológicos encontrados na citada obra de Cícero ou, talvez, mais directamente colhidos nas *Tusculanas* (58) do mesmo autor latino.

Recordamos aqui o que atrás foi dito sobre o carácter oscilante da composição deste poema, que dificulta e torna imprecisa a delimitação das suas partes lógicas e faz com que seja discutível o critério que utilizámos na elaboração do esquema que segue e na própria apreciação analítica do seu conteúdo:

Livros I, II e III (até p. 44, v. 4): exposição dos *incommoda* dos velhos, que constitui a matéria das duas primeiras acusações contra a velhice, ou seja, a sua inutilidade e a sua invalidez.

Livros III (desde p. 44, v. 5), IV, V e VI (até 82, v. 10): exposição dos *commoda* da velhice, para refutação das duas primeiras acusações atrás referidas.

Livros VI (desde p. 82, v. 11) e VII (até p. 88, v. 14): acerca das virtudes e defeitos da juventude.

Livro VII (a partir da p. 88, v. 15): o tema da idade áurea.

Livro VIII: exposição e refutação da terceira acusação contra a velhice, isto é, a ausência de prazeres.

Livros IX e X (até p. 167, v. 16): exposição e refutação da quarta e última acusação contra a velhice, personificada na ameaça iminente e aterradora da morte.

Livros X (desde p. 167, v. 17) e XI: o tema da morte do velho e do seu funeral.

Livro XII (até p. 215, v. 18): acerca da instituição do morgadio ou primogenitura.

Livro XII (a partir da p. 215, v. 19): evocação das almas no Paraíso e elogio de portugueses ilustres.

Livros XIII e XIV (p. 277, v. 28): acerca das mulheres. Sátira e elogio.

do *Corpus*. Note-se, porém, a contradição em que ele próprio cai, ao falar em catorze livros para o poema, quando afinal o livro que trata do morgadio está incluído nesse número. Por outro lado, este tratado é um elogio, embora indirecto, à velhice (ao filho mais velho, pelo menos).

(58) Vide CÍCERO, *Tusculanas* I, 113-118.

Livro XIV (a partir da p. 277, v. 29): elogio da morte e exortação final. A imortalidade da alma.

Partindo deste esquema, podemos apreciar mais em pormenor toda a matéria de que trata o *De Senectute* de Lopo Serrão.

Assim, nos livros I e II e na primeira parte do livro III, num total de 718 versos, o poeta expõe os *incommoda* dos velhos que constituem a matéria das duas primeiras acusações contra a velhice: a sua inutilidade e a sua invalidez.

Depois de uma pequena proposição à maneira clássica e de uma invocação à Virgem, o humanista começa a narração, apresentando a figura dum velho a lamentar-se dos sofrimentos da vida e a dialogar sobre os males da velhice com a sua esposa falecida, que lhe aparece numa visão em noite de insónia. O velho fica perplexo e profere uma longa paráfrase às lamentações de Job.

O livro II começa com belas metáforas e comparações que pretendem definir a velhice, algumas tiradas da vida do mar, outras da vida do campo. Ela «é o último porto da vida, é como o caruncho da madeira já apodrecida, como raiz tostada pelo pino do sol; é como a poeira soprada pela aragem do vento, como o feno emurchecido que os campos recobre; é como um tronco abandonado no meio da areia...» (p. 31, vv. 7 sqq.):

Vltimus aetatis portus

.....

Est ueluti caries ligni, iam facta putredo,
est ueluti radix sole perusta graui.
Est ueluti puluis tenues dispersus in auras,
est ueluti fenum marcida rura tegens;
est ueluti truncus media deiectus arena.

Seguem-se longas considerações sobre a decadência e agravos da velhice, as mudanças físicas, as transformações do carácter e do comportamento, a inconstância dos velhos e a temeridade dos filhos que desprezam os pais nesta idade.

A partir dos primeiros cinquenta versos do livro III e prolongando-se pelos livros IV, V e parte do VI, o poeta expõe os *commoda* da velhice, isto é, os privilégios e prerrogativas da idade avançada, que servem de

refutação às duas primeiras acusações atrás referidas. A figura do velho recorda o seu passado e tece considerações acerca da caducidade da vida e das consequências da louca mocidade. Há referências à morte como um bem libertador, às exigências da virtude e à velhice, não como um defeito, mas como uma consequência natural da transitoriedade da vida. Estabelece o contraste entre a inexperiência dos jovens e a superioridade dos velhos na gerência do bem público, no exercício da eloquência e na força do espírito. E, tal como Cícero fizera no *Cato Maior*, também Lopo Serrão apresenta exemplos da história: Ciro, Metelo, Nestor, Catão, Masinissa, Ápio Cláudio.

No livro v o poeta continua o tema do velho útil à Pátria. Fala, todavia, das limitações próprias da última idade e preceitua uma norma de vida (*ratio uictus*) a observar pelos velhos, baseada na moderação, no que diz respeito à comida, à bebida, ao descanso, ao trabalho e ao prazer. Ao sentir-se por vezes alvo de acusações injustas, a figura personificada do velho formula uma oração de tipo impetrativo-laudatório, em que recorda alguns acontecimentos da história bíblica e o perdão concedido às almas arrependidas. Inspirando-se em Ovídio, o poeta descreve as desordens da terceira idade, conturbada por misérias sem conto, e recomenda uma *auream mediocritatem* baseada na virtude. Fala da inconstância da fortuna e lamenta que hoje se desprezem tanto os velhos em benefício dos jovens, ao contrário dos tempos antigos, em que a velhice era particularmente respeitada.

Os livros vi (desde p. 82, v. 11) e vii (até p. 88, v. 14) são dedicados ao tema da juventude. Falam dos indícios da beleza juvenil que a velhice despreza e a experiência não deseja repetir. O autor invoca a sua Musa para descrever as quatro idades e refere-se à vida como um processo sem retorno e à morte como uma passagem obrigatória. Neste momento imagina a juventude personificada que lhe aparece em sonhos e o obriga a cantar os seus privilégios. O poeta invoca a Musa Calíope e canta a juventude ideal que enobrece a urbe; estabelece as bases de uma idade áurea; faz o elogio da virtude; apresenta à consideração dos jovens muitas das suas obrigações, particularmente o respeito devido aos velhos e a educação à mesa; faz a distinção entre o que define uma juventude sensata e o que são as loucuras da mocidade; aponta o exemplo da velhice que transforma a sociedade pela sua virtude; repete conceitos sobre a idade áurea; aproxima a virtude da autoridade e fala da piedade e seus efeitos sociais.

A terceira censura contra a velhice (*tertia causa*) e a sua refutação constituem o tema do livro VIII, todo e só. Consiste no facto de a velhice ser insensível aos prazeres de um modo geral e particularmente aos atractivos do amor. O prazer condenável é aqui personificado na figura da mulher pública, fingida e interesseira. O poeta convida o velho, à maneira de Horácio, a desprezar as paixões (*sperne uoluptates*) (59); põe em evidência os efeitos perniciosos das solicitações de Vénus e de Baco, dizendo que a virtude e o prazer não se adaptam nem moram na mesma casa (p. 99, vv. 7-8):

*Non bene conueniunt, nec in una sede morantur
sancta quidem uirtus, immoderata Venus.*

Para refutar esta acusação e seguindo a mesma argumentação do *Cato Maior*, o poeta aponta várias compensações da velhice: o convívio social e a conversação, a actividade intelectual, as ocupações agrícolas e o cume do prestígio, que é exclusivo dos velhos. Fala dos dois extremos do prazer (por excesso e por defeito) e aconselha o meio termo em tudo (*in medio commoditas*); descreve os distintivos da mulher casta em oposição à mulher sem pudor e refere-se às consequências da paixão do dinheiro.

O livro IX e a primeira parte do livro X, que compreendem cerca de mil e quinhentos versos, expõem a quarta e última acusação contra a velhice: a ameaça iminente da morte.

Para desfazer o labéu que pesa sobre a morte, o poeta começa por descrever as suas vantagens: ela tudo repara e tudo iguala; a morte é libertadora de males e princípio de vida, por isso o velho deve submeter-se-lhe de alma limpa e resignada. A vida impoluta não tem medo da morte, por isso o poeta aconselha o velho a preocupar-se com a virtude, a evitar a ira e os prazeres: esta vida é um desterro, e morrer é regressar à pátria.

Segue-se uma apóstrofe à morte, em que o poeta a aponta como a única força que tudo submete e que não poupa ninguém. Serve-se do vocabulário e das imagens da mitologia clássica, de inspiração horá-

(59) Cf. HORÁCIO, *Epist.*, I, 2, 52 e LOPO SERRÃO, *De Senectute*, VIII, p. 97, vv. 16 sqq.

cio-virgiliana e fala do avaro barqueiro (*avarus portitor*) que a todos espera: «a morte, diz o poeta, desaba furibunda por todo o lado e arrasta consigo novos e velhos; na morte não há empenhos nem riquezas nem honras que valham; o que temos fica na margem do Aqueronte e o barqueiro levar-nos-á despidos de tudo». E o autor apresenta-nos uma visão do Orco onde se encontram figuras das mais diferentes classes sociais, todas misturadas numa igualdade absoluta.

Partindo desta ideia, faz depois uma longa e bela evocação do último dia (*quando erit illa dies...*) que recorda o conhecido *Dies irae, dies illa*, mas com uma perspectiva da morte muito diferente da da célebre Sequência da Missa de *Requiem*. Não se trata de uma visão vindicativa do encontro com Deus, mas de uma esperança jubilosa pelo dia da libertação e da entrada na glória, e esta ideia surge logo no primeiro dístico do texto (p. 135, vv. 15-16):

«Quando virá aquele dia em que a ilustre assembleia do coro angélico / me receberá voando sobre os astros?»

*Quando erit illa dies, qua me super astra uolantem
aligeri excipiet clara corona chori?*

O poeta termina este livro com vários conselhos à juventude, relacionados com os prazeres de Vénus e Baco.

O tema da última acusação continua no livro x, em que se faz grande parte da sua refutação com a consideração de grande soma de privilégios e honras da velhice: a experiência como mestra do saber, concessões e isenções exclusivas da idade avançada, o respeito pelos velhos, a paz social fruto do seu governo; a prática da vida e a precedência da velhice em tudo: no testemunho da palavra, na ocupação do primeiro lugar, a falar e a presidir, nas missões diplomáticas, na gerência dos negócios públicos, no ensino e no saber.

O poeta dá aqui por finda a sua missão de cantor de velhos e novos, pede desculpa a uns e outros, se porventura a sua Musa os não cantou como devia, e reconhece as suas limitações dizendo com o Mantuano das *Bucólicas*: «nem todos podemos tudo» (*non omnia possumus omnes*) (60).

Lopo Serrão poderia ter fechado aqui o seu poema. Mas as considerações escatológicas que a última acusação envolve levam-no

(60) Vide VIRGÍLIO, *Bucólicas*, 8, 64 e LOPO SERRÃO, *De Senectute*, x, p. 167, v. 15.

a imaginar a morte do velho. Este, sentindo aproximarem-se os últimos momentos da vida, faz-se rodear de todos os familiares e dirige-lhes as suas últimas palavras (à esposa, à mãe e aos filhos). Confessa-se e morre. Segue-se a cena das lamentações da família sobre o cadáver do velho, que têm muito de semelhante com os trenos femininos feitos à roda do cadáver de Heitor, no final da *Ilíada*.

Neste contexto, o poeta organiza no livro XI o processo e desfile de um funeral pomposo com honras oficiais para prestígio da velhice e apresenta todo um cenário litúrgico em que, à maneira do cerimonial do Ofício de Defuntos, põe o clero a cantar uma longa paráfrase aos sete Salmos Penitenciais de David, composições que Lopo Serrão declara ter elaborado quando jovem.

Faz depois referência ao curioso epitáfio que sela a campa do velho (p. 193, vv. 1-2):

*Sum natus flendo, flens uixi, lumina clausi
flendo; propterea mors mihi uita fuit.*

«Nasci a chorar, vivi chorando, e chorando fechei os olhos, por isso na morte encontrei a vida»

Por fim, o rei, que honrou a memória do velho com a sua presença, faz o seu panegírico e decide proteger a família enlutada com o seu auxílio.

A morte do velho descrita nestes dois livros deu motivo ao humanista eborense para tratar do tema das heranças e particularmente do sistema do morgadio e da instituição da primogenitura. É este o assunto que ocupa todo o livro XII, um dos maiores de todo o poema. Nele se fala do testamento do velho, da «terça» ou conjunto dos bem vinculados (*tertia pars iure ligata*), da primogenitura entre os povos, da injustiça deste sistema e também das suas vantagens. O poeta refere os fundamentos e benefícios do governo monárquico, fala da mulher como rainha (hábito não admitido por alguns povos), do uso das sortes para dirimir questões ambíguas inclusive em casos de sucessão (61), da perda dos direitos de primogenitura e de outra vária matéria política.

(61) Tais considerações talvez sejam reflexo da crise dinástica que nesta altura surgira em Portugal com a morte do rei D. Sebastião, pois que, entre os principais concorrentes para suceder no trono ao Cardeal-rei seu tio, havia um elemento feminino: D. Catarina de Bragança.

A segunda parte deste livro constitui uma evocação das almas no Paraíso e um elogio de portugueses ilustres. A sombra do velho defunto aparece em sonhos ao poeta e transporta-o, por um processo bem clássico, à região dos mortos onde evoca as figuras de D. João III, do Príncipe D. João seu filho, de D. Diogo de Castro, de Paulo Afonso, de D. Manuel d'Almada, tecendo ao mesmo tempo os seus feitos gloriosos e lançando, a propósito, longa apóstrofe à ambição de reinar e à riqueza.

Ao terminar este livro, o poeta relata novo sonho em que ouve a voz da esposa do velho a incriminá-lo por ter passado em silêncio sobre os privilégios da mulher e a ordenar-lhe que cumpra também este dever, processo que serve de transição para o livro seguinte.

No livro XIII o poeta começa por descrever os privilégios e as qualidades da mulher exemplar, fala da mulher que mais convém, da idade de casar e da mulher imortalizada pelo seu poema. Todavia o livro redonda numa ácida sátira ao sexo feminino. Lopo Serrão imitou aqui grande parte dos principais satíricos da Latinidade. Fala da mulher como sexo frágil, inferior e leviano, em oposição à superioridade do homem, e transcreve (p. 238, vv. 13-14), quase à letra, um antigo provérbio que aparece recolhido na *Anthologia Latina*, nº 799 Riese, v. 4 (citado pelo *Thesaurus linguae latinae*, s. v. *mulier — in proverbiiis sim.*):

*Quid leuius pluma? puluis; quid puluere? uentus;
quid uento? mulier; quid muliere? nihil.*

«Que há mais leve que a pena — O pó. E que o pó? — O vento.
E que o vento? — A mulher. E que a mulher? — Nada.»

Descreve a mulher imperiosa e dominadora e previne o homem contra três grandes perigos, a saber: mulher formosa, mulher rica e mulher nobre. Desenvolve depois este tema falando da fragilidade da beleza, da diferença de condição e seus inconvenientes, e faz a apologia da igualdade conjugal. Termina com várias recomendações a quem casa e com nova sátira anti-feminista através de abundantes e expressivos epítetos aplicados à mulher leviana.

O XIV e último livro divide-se em duas partes distintas. A primeira pretende, de certo modo, clarificar a imagem sombria que o autor nos deixou no livro precedente acerca da mulher, e fá-lo mediante a exposição de uma galeria de figuras femininas que se notabilizaram na

história por atitudes de singular virtude. O livro abre com o seguinte dístico (p. 263, vv. 1-2):

*Non genus inualidum toto priuetur honore,
femina nam multis praeualuit maribus.*
«Não se negue total prestígio ao sexo fraco,
pois que, a muitos homens, superou-os a mulher.»

Trata-se de personagens pertencentes a civilizações e povos variados: à História Clássica (grega e latina) e às civilizações «bárbaras»; à História Bíblica e aos primórdios do Cristianismo; ao Renascimento e à História Portuguesa, etc.

Lopo Serrão interrompe este tema, dizendo que o seu companheiro (*socius*) o adverte com frequência de que são horas de se preparar para deixar este mundo. Este companheiro do poeta — que o trata por *uenerande senex* — faz-lhe uma exortação de carácter escatológico, em que retoma várias das ideias desenvolvidas ao longo do poema, sobretudo no livro IX, e incide particularmente sobre os temas da caducidade e sofrimentos desta vida, da velhice e da morte, da imortalidade da alma, da ressurreição dos corpos e da eternidade. É esta a segunda parte do presente livro e constitui o fecho de toda a obra.

IV

CONCLUSÃO

É sabido que muitos dos humanistas, preocupados principalmente com o rigor marcadamente formalista das suas composições, nem sempre conseguiram dar-lhes valor estético excepcional.

É isto o que, em certa medida, acontece com a obra de Lopo Serrão, poeta com profundo conhecimento da língua e da literatura latinas, que procurou imitar os grandes modelos clássicos, burilando com esmero considerável o aspecto formal da sua obra, não raro empobrecida, porém, sob o ponto de vista do seu conteúdo estritamente poético.

Grande parte das páginas do *De Senectute*, dão, com efeito, a sensação de monotonia e de falta de inspiração, e da sua leitura fica-nos a impressão de que o autor fez deste poema um trabalho de escola no domínio do metro elegíaco.

Este facto nota-se particularmente nas passagens descritivas ou narrativas, como acontece com a primeira parte do livro XIV, em que surgem dísticos sucessivamente justapostos limitando-se cada um, muitas vezes, a pouco mais do que apresentar o nome da figura feminina a que é dedicado, à maneira de simples enumeração.

Por outro lado, o carácter eminentemente didáctico e a própria temática deste poema não favorecem, mesmo a um vate de primeira grandeza, voos de grande altitude poética.

Apesar disso, porém, outros passos há em que surgem rasgos de notável inspiração, principalmente no domínio do lirismo religioso. Acresce o facto de o latim de Lopo Serrão ser, de um modo geral, bastante fácil, corrente e escrito numa linguagem singela, fluente e correcta.

Mas, acima de tudo, o *De Senectute* de Lopo Serrão deverá apreciar-se no seu todo, como uma obra de ampla arquitectura, embora com partes de valor estético nitidamente desigual.

APÊNDICE *

I (62)

Dom yº &c A quamtos esta minha carta for mostrada / Saude faço saber que confiamdo eu nas letras y ciemcia do d^{lor} lopo Sarraõ m^{or} ã eu^{ra} & no exsãme q̃ nelle fez o meu fysyqº moor o q^l achou auto & soficiemte ydoneo asy na teorica como na pratica & quemdolhe eu fazer graça & merce confiamdo nelle q̃ sempre fara asy bem & como compre a seruiço de d^s & meu & saude de meu povo / tenho por bẽ & lhe dou llugar & L^{ca} q̃ elle posa curar de Fisyqº p̃ todos meus Reynos & sennorios E Mamdo as minhas just^{as} oficiaes & pesoas a q̃ ho M^{to} pertemcer q̃ livremẽte o leixẽ curar & vsar de sua ciemcia & aver os proes & percallços homras liberdades de q̃ p̃ seu grao & exsãme & ciemcia lhe dr^{ta} m^{to} pertence aver / & elle jurara na minha ch^a aos santos avãgelhos que asy como deve Com saa Comciemcia verdade^{ra} Crencia como compre a seruiço de d^s & meu & boa saude de meu povo E m^{do} q̃ curando allguũ fysyquo ã meus Reynos & sennorios sã mostrar minha carta pasada p^{lo} meu fisico moor posto que graduado seja ãcorra em penna de trinta dobras de bamda cõteudas ã meu Regim^{to} & sendo Requerido p^{lo} dito doutor lopo sarraõ as minhas Just^{as} ho costramgã q̃ venha parecer diãte de meu fisyqº moor dada ã a minha Cidade dev^{ra} ao prim^{ro} dia do mes de dez^{ro} ell Rey o mamdou polo doutor m^{tre} dº Comemador da hordem de xpus & Fisyqº moor ã seus Reynnos & sennorios bastiaõ doliu^{ra} a fez Anno do nacim^{to} de nosso S^r Ihuũ xpo de ib^cRb anos

II (63)

Eu elRey faço saber a vos Joam Roiz de palma R^{or} do dirº de huũ p̃ cemto & obras pias q̃ eu ey p̃ bem q̃ ho doutor lopo seraõ fysyquo de minha casa aja vimte e q^{tro} mill r̃s Cadano p̃ tempo de q^{tro} anos q̃ se comesaraõ do primeiro dia de Jan^{ro}

(*) Os cinco primeiros documentos deste apêndice, que se encontram em manuscrito nos arquivos da Torre do Tombo, foram-nos lidos pela Dr.^a Maria Georgina Trigo Ferreira, distinta conservadora do Arquivo da Universidade de Coimbra. Aqui fica o nosso reconhecimento por esta sua preciosa colaboração.

(62) ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Chancelaria de D. João III, Doações*, livro 25, fl. 192. Parte deste documento foi já publicado no princípio deste século. Vide SOUSA VITERBO, *Notícia sobre alguns médicos portugueses ou que exerceram a sua profissão em Portugal. Subsídios para a história da medicina em Portugal*. Extraído dos *Arquivos da História da Medicina Portuguesa*, Quinta série, Publicação póstuma de MAXIMILIANO LEMOS, Porto, 1915, p. 171.

(63) Idem, *Chancelaria de D. Sebastião, Doações, ofícios e mercês*, livro 1, fl. 311 v.º.

do Ano q̄ v̄ẽ de ibcL e noue ẽ diamte p̄ curar os orfaõs do colegio de Jhuũ desta cidade & p̄ tamto vos m^{do} q̄ lhe des os ditos xx^o iij^o rs cadano p^{lo} d^{to} tempo de q^{tro} anos do d^{to} tempo ẽ diamte como d^{to} he cõ certidaõ do Reytor do d^{to} colegio de orfaõs de como serue & cumpre as obrygacoes cõ q̄ esta cõcertado de curar no d^{to} colegio & p^{lo} trelado deste alu^a q̄ sera Registado no L^{ro} de vosa despesa p^{lo} scripvã de voso cargo & [...] d^{to} lopo seraõ cõ a dt^a certidaõ do Reytor mãdo aos comtadores q̄ vos leuẽ o d^{to} di^o ẽ comta a Rezaõ dos ditos xxij^o rs p̄ ano pelo d^{to} tempo de q^{tro} anos p^{la} man^{ra} sobred^{ta} & q^{ro} e me praz q̄ esta valha como se fose c^{ta} feyta ẽ meu nome & aselada de meu selo pemdemte s̄ẽ bargo da ordenacaõ do seg^{do} L^{uro} t^o xx q̄ despoem o cont^{ro} adriam lucio a fez ẽ lix^a a xxij de julho de mill bcL e oyto Amdre soarez a fez escrepver / naõ faça duvida o Riscado q̄ dizia / todo / e mall escripto q̄ diz c^{to} do / p̄ q̄ se fez p̄ verdade

Concertada
Ant^o daguiar

Antonyo V^{ra}

Comcertada
Jam dacosta

III (64)

Dom Joham etc A quamtos esta mynha carta virem faco saber que confiamdo de lopo saram meu moco da camara que me syruyra bem & fielmente como a meu seruico compre querendolhe fazer graça merce tenho p̄ bem & me praz lhe fazer mercẽ da feytorya de batecala nas partes da India & das mercadoryas q̄ se hay comprare & venderẽ & asy das que vam da dita feytorya pera ormuz em as ditas partes por tempo de tres anõs & com cem mil rs de ordenado em cada huũ anõ & sera metydo ẽ pose da dita feytoria tamto que acabarẽ seu tempo as p^{as} que dela forem prouydas p̄ minhas prouysoes feytas amte desta E Porem ho notefico asy ao meu capitam moõr & g^{or} das ditas partes & ao [...] d^{or} de mynha fazemda em elas & ao f^{tor} & officyaes da dita feytorya q̄ metam ẽ pose dela ao dito lopo saram da man^{ra} q̄ dito he & lha leixem seruir os ditos tres annõs & aver o dito ordenado & proes precalcos a ela dr^{ta} m^{to} ordenados sem duuida nẽ embargo q̄ lhe a elo seya posto p̄ que asy he minha merce & ele Jurara em mynha ch^{ria} aos samtos avangelhos q̄ bem & como deue syrua o dito officyo guardamdo em todo meu seruico & as partes seu dr^{to} & out^{ra} tall carta como esta foy Feyta em lix^a a ix di de dez^{ro} de myll b^c xxix p̄ que lhe tinha f^{to} merce da dita feytorya foy Rota ao asynar desta domymgos de paiua a fez em lix^a a xij di de Jan^{ro} annõ do nacym^{to} de noso sõr Ihuũ x^o de myll b^c xxx E eu damiã diãz a fiz escreuer nã faca duuyda no Riscado q̄ diz / foy / p̄ que se Ryscou ao concerto cõ a propia & vay na verdade

IV (65)

Dom felipe etc outro tall padraõ nem mais nem menos como ho que fica atras registado ha frey lopo serraõ frade da hordem do carmo de doze mill reis de temca das temcas que vaguaraõ per falecimento de francisco serraõ seu pay que nelle nomeou feito e subscripto pelos ditos scripvaees em lixboa a xbij dias do dito mes he ano (66).

V (66)

Dom felipe etc outro tall padraõ nem mais nem menos como ho que fica atras registado ha dona barbora serraõ freyra profesa no moesteiro de semide filha do dito francisco serraõ de x mil reis de temça das temcas que vaguaraõ per falecimento do dito seu pay que nella nomeou feyto he subscripto pelos ditos scripvaees em lixboa a xbij dagosto do dito mes he ano.

VI (67)

Eu elRei faço saber aos que este aluara virẽ, q̃ auendo respeito ao que na petiçam atras escrita diz o doutor Lopo serrão meu fisico, ey por bẽ e me praz que por tẽpo de dez annos imprimidor nem liureiro algũ nẽ outra pessoa de qualquer calidade q̃ seja não possa imprimir nẽ vẽder em todos meus Reinos & senhorios o livro intitulado de Senetute q̃ o dito doutor fez, de q̃ na dita petição faz mẽçam saluo aqueles liureiros & pessoas q̃ pera isso teuerẽ seu poder & licença. E qualquer imprimidor liureiro ou pessoa que durãte o dito tẽpo de dez annos imprimir ou vẽder o dito liuro nos ditos meus Reinos & senhorios sem liçẽça do dito doutor lopo serrão, perdera para elle todos os volumes que assi imprimir & vẽder, & alẽ disso encorrerã em perda de cem cruzados, ametade pera o dito doutor lopo serrão, & a outra ametade pera quẽ o acusar. E mando a todas minhas justiças, officiais & pessoas a que o conhecimento disto pertẽcer, que lhe cõpram guardem & façam inteiramente cumprir & guardar este aluara, como se nele contẽ: o qual ey por bẽ q̃ valha & tenha força & vigor como se fosse carta feita em meu nome per mĩ asinada, & pasada per minha chãcelaria, pasto q̃ este não seja passado por ela, sem embargo das ordenações do segũdo liuro tit. vinte q̃ o contrario dispoẽ. Pero de seixas o fez ẽ Lisboa a quatro de Julho, de 1579. E o dito liuro se não poderã veder por mais que por hũ tostam. Joam de seixas o fez escreuer.

Rey

(65) Idem, *Chancelaria de D. Filipe, Padrões e Doações*, livro 16, fl. 401vº.

(66) A escritura anterior (fl. 400-401), referente a D. Ana, freira profesa, está datada de 18 de Agosto de 1590 («xbij dias dagosto de ibclR»).

(67) LOPO SERRÃO, *De Senectute*, Lisboa, 1579, fl. 9 não numerada.